

Património arquitectónico português em Marrocos

Histórias da nossa História

Costa Atlântica Marroquina, 1505.

Aquela extensão infindável de areia não era, na opinião de João Lopes de Sequeira, um sítio solitário. *“Desembarcou na praia, olhou em redor de si. Viu uma nascente borbulhante (...) a um tiro de pedra da praia. Eis assegurado o abastecimento de água (...) nesse ponto João Lopes resolveu construir o seu fortim, com o mar a quebrar-lhe à porta (...) montou um forte “pré-fabricado” que o rei lhe emprestara e dispôs artilharia em volta. A seguir construiu muralhas de pedra (...) e assim (...) surgiu a praça-forte de Santa Cruz”*⁽¹⁾ no Algarve d’além-mar, “Terra do Sol poente”. Mais tarde, fartíssimo das incursões berberes, João Lopes haveria de revender o seu forte de volta a D. Manuel, recuperando o seu “investimento imobiliário”.

É uma aventura quixotesca que tem de especial não se poder ter passado em nenhum outro lado. Por contraposição, nessa mesma altura Thomas More descrevia as aventuras – no lado de lá do Atlântico – do português Rafael Hitlodeu (curiosamente também ele ao serviço de D. Manuel I) que, ao viajar com Vesúcio, deu de caras com a cidade Utopia, com toda a sua carga de organização pragmática e ordem divina.

Os portugueses sempre souberam adaptar-se a um território de extremos como é Marrocos: setenta por cento etnia árabe, o restante berbere (metade da população com idade inferior a 15 anos) e uma imensidão de território (metade Sahara). Marrocos é hoje uma monarquia constitucional islâmica, governada a partir de Rabat por Mohammed VI, onde as ruínas de antigas fortalezas e vestígios de casario subsistem como testemunhos da ocupação portuguesa.

O site da Embaixada de Portugal (www.ambportugal.ma) identifica o património histórico de origem portuguesa como o conjunto edificado entre 1458 (conquista de Alcácer Ceguer) e 1769 (retirada de

Mazagão), dividindo-se em três subconjuntos, distribuídos pelo litoral do país: Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer (no Norte); Mazagão e Azamor (no Centro); Safim e Aguz (no Sul).

Este património encontra-se em relativo abandono mas em vias de recuperação graças a parcerias que se têm vindo a desenvolver entre vários organismos. A Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) financiou estudos sobre Mazagão e Safim e a recuperação da torre de menagem de Arzila, que hoje está classificada, e em 1998 foi efectuada, pelo LNEC, uma peritagem às fundações do “Castelo do Mar”, que permitiu a sua posterior consolidação. Também no decurso da IX Cimeira Luso-Marroquina, realizada em Abril de 2007 em Rabat, foram assinados a Convenção entre a FCG e o MC de Marrocos para a Reabilitação do centro histórico de Safim e um acordo cultural entre o governo Português e o de Marrocos, que prevê a intensificação dos contactos com vista à criação de um museu luso-marroquino em Mazagão, actual El Jadida. Mazagão foi ocupada pelos Fenícios e já o cartaginês Hannon, em 650 a. C. escreve sobre esta cidade, a que Ptolomeu chama Rusibis. Último bastião português com a sua deslumbrante cisterna Manuelina, foi classificado pela UNESCO e é um símbolo paradoxal da nossa presença no Norte de África. Em 1769, pondo fim a esta epopeia, a cidade é destruída e abandonada por decreto do pragmático Marquês de Pombal, que não morria de amores por histórias de cavalaria.

A gesta marroquina foi um acumular destas histórias. As capitánias passavam frequentemente de pai a filho. Os Noronhas, os Meneses de Ceuta, os Coutinhos de Arzila e tantas outras famílias contribuíram para a nostalgia que ainda hoje domina o imaginário popular de portugueses e marroquinos sobre as fortalezas perdidas nos desertos do Algarve d’além-mar. Para

conservar o que resta é fundamental que as novas gerações voltem a compreender as histórias da nossa História e não fiquem somente pelo “velho” D. Sebastião. Não pode deixar de nos sensibilizar ouvir que ainda hoje, habitantes da pequena cidade de Erfoud, considerarem portuguesa a autoria de algumas gravuras pré-históricas ou que seja dado como seguro que o castelo de Aguz se tenha edificado numa só noite, com pedras trazidas de Portugal (ver site www.almadeviajante.com).

Para dar o exemplo, termino com um relato português da época, muito ao gosto de Cervantes. *“Deu-se uma terrível caçada ao leão perto de Arzila (...) O alarido despertou um leão corpulento e feroz, que lançou olhares de fogo aos cavaleiros (...) O conde de Borba atirou a lança, mas a fera voltou-se enfurecida e tê-lo-ia derrubado, se o primo, D. João de Meneses se não houvesse interposto entre os dois (...) O animal enterrou as garras assassinas no ombro do homem. Ao mesmo tempo o jovem filho do conde, D. João Coutinho, avançou de súbito, «Alarga vilão»⁽²⁾, brandou (...) O bruto, largando a presa, virou-se a ele e com um golpe da pata abriu-lhe um rasgão na perna da coxa para baixo, ao mesmo tempo que estripava o cavalo. Soou então um rugido como o do próprio leão, quando o conde de Borba arremeteu em socorro do filho (...) O animal internou-se nos pântanos, deixando os dois Joões estendidos num lago de sangue.”*⁽³⁾ Talvez fosse um prenúncio do muito sangue que ainda haveria de correr na *Batallia dos Três Reis*. ■

NOTAS

⁽¹⁾ SANCEAU, Elaine. *Castelos em África*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1961, pp. 238-239.

⁽²⁾ RODRIGUES, Bernardo. *Anais de Arzila*. Tomo I, p. 405.

⁽³⁾ SANCEAU, Elaine. *Castelos em África*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1961, pp. 143-144.

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto